

DO PORTUGUÊS LÍNGUA NOSSA AO PORTUGUÊS LÍNGUA TAMBÉM NOSSA

ALINE BAZENGA*

Uma das mais velhas ilusões do homem é a de que uma língua deve ser exactamente igual para todos os que a falam. Babel foi uma contrariedade, os filhos não conseguem falar tão bem como os pais, a diversidade e a mudança contrariam a ordem natural.

IVO CASTRO¹

Uma língua é como se chama. É o seu nome, sempre singular. É o português. Esta identidade, o que uma língua é – português – ou o que não é – francês, italiano ou espanhol – talvez nos conduza à ilusão de conceber um ideal de língua como uma realidade única e homogénea. A realidade é que, como afirma Calvet, “os nomes dos povos, os nomes dos lugares não pararam de variar, de acordo com as invasões ou alternâncias de poder”², cunhando a língua de uma identidade distintiva e ostensiva.

1. “Os fios com que se tece a identidade são imensos e variados”, escreve Maria José Craveiro, no seu texto sobre *Emigrantes da Intempo-*

* Doutorada em Letras – Linguística Francesa. Professora Auxiliar da Universidade da Madeira. Investigadora do CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) – Equipa Dialectologia e Diacronia.

¹ Cf. M. Helena Mira Mateus (coord.), *Mais Línguas, Mais Europa: Celebrar a Diversidade Linguística e Cultural da Europa*, Lisboa, Colibri, 2001, pp. 23-24.

² Cf. Louis-Jean Calvet, *As Políticas Linguísticas*, Florianópolis e São Paulo, Ipol/Parábola, 2007.

*ralidade*³, e uma língua são muitas línguas, ou variedades diferentes da mesma. A variação, propriedade inerente a qualquer língua, manifesta-se, enquanto atividade social, no espaço e no tempo.

No espaço, assente nas interações sociais dos seus falantes, conjuga-se em variedades linguísticas. Esta variação não é aleatória ou caótica. Apresenta-se, pelo contrário, organizada e condicionada por um conjunto de atitudes e de crenças partilhadas. Cada variedade identifica-se pelas suas variantes próprias compartilhadas, ou as suas normas de uso, realidades indissociáveis dos seus falantes. Uma língua “acolhe [pois] diferentes gramáticas, a que geralmente se chama variedades internas ou dialectos (...) gramáticas essas associadas a diferentes comunidades”⁴.

É no presente que observamos esta diversidade. Mas ela também acontece no tempo. As línguas estão em permanente mudança, num fazer-se constante e nunca concluído, num percurso que avança “insensivelmente para o futuro”, como afirma Ivo Castro⁵. A cada momento, por intervenção de fatores geográficos, sociais, culturais e históricos, uma língua tem do novo e do antigo. Nunca é outra completamente, nem de repente. Esta diversidade, que é sua, constitui-se assim como condição de mudança, ela própria geradora de variação, num ensaiar de novos padrões. O contacto linguístico entre variedades e/ou línguas distintas pode desencadear a mudança. A coexistência de duas formas, ou variantes linguísticas, pode manter-se estável durante um certo período, sem aparente mudança; ou as duas formas podem entrar em competição, da qual resulta a escolha de uma em detrimento de outra, ou de formas que combinam uma e outra. Variação, contacto e mudança linguísticas estão por isso interligadas.

Para além da heterogeneidade linguística, dinâmica, ordenada e da multiplicidade das suas variedades, inseparável dos falantes de uma língua, a existência de uma norma linguística cumpre a função de assegurar a

³ *Machina Mundi*, n.º 2, Fevereiro 2011: <http://www.clepu3machinamundi.org/?p=480>.

⁴ Cf. M. Helena Mira Mateus (coord.), *op. cit.*, pp. 27-34.

⁵ Ivo Castro, “Diversidade Linguística”, in M. Helena Mateus (coord.), *op. cit.*, p. 25.

unidade da língua, pois, como postulado em Mateus e Cardeira⁶, “assim como a cultura de uma sociedade impõe padrões de comportamento, também impõe padrões linguísticos e uma comunidade linguística caracteriza [-se] pela partilha de um sistema supra-dialectal, uma norma-padrão”. A norma padrão constitui um modelo ideal, sem existência real, e deve ser considerada como uma abstração, uma vez que não coincide totalmente com as variedades em uso. Construída pela história de uma língua, fator de identidade e de estabilidade social, encontra na neutralização de marcas dialetais um efeito unificador que deve ser fixado e transmitido: a sua passagem à escrita. Este processo envolve um complexo sistema de escolhas – gramaticais, lexicais e ortográficas – e o seu registo – dicionários, gramáticas, uma ortografia – ao serviço de um ideal de língua para todos.

2. As variedades geográficas do português constituíram-se num processo de mudança linguística. Entendemos este processo como um fenómeno que “afecta todas as suas línguas no seu porvir histórico”, uma vez que, como referido por Maria Antónia Mota, “todo o sistema linguístico é constituído por subsistemas sujeitos a transformação, por vezes em conjunto com outros subsistemas, por vezes isoladamente”⁷. O português, resultado de séculos de contacto com o latim vulgar e com línguas de outros povos invasores, nasceu no noroeste da Península Ibérica. Emergiu, por volta do século IX, na sua primitiva forma de romance galego-português, numa comunidade linguística que incluía também a língua falada na Galiza. A língua escrita continuou a ser o latim e a primitiva produção escrita em português, de natureza notarial, data do século XIII. A partir da constituição do reino de Portugal, em 1143, esta língua cresce e avança para sul, até ao Algarve, estabelecendo-se e acompanhando as novas fronteiras para o reino. O repovoamento do sul do território reconquistado aos árabes e a situação de contacto linguístico com os falares moçárabes que dele resultou criaram condições para a transformação e mudança na língua. A norte e a sul, desenharam-se variedades distintas: as áreas dialetais setentrionais em que a mudança

⁶ M. Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, *Norma e Variação*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007.

⁷ Maria Antónia Mota, “Línguas em Contacto”, in Isabel Hub Faria *et al.* (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, cap. 11, pp. 505-33.

tinha levado, por exemplo, à perda da oposição etimológica entre /b/ e /v/ e as áreas meridionais em que esta oposição se manteve; do sul emergiram variantes inovadoras, como no caso da monotongação do ditongo [ej] em [e] em palavras como *ceifar* [sefar] e *feito* [fetu]. Estabelecidas as novas fronteiras, também a capital do reino se mudou para sul do Mondego, fixando-se em Lisboa. Esta mudança histórica iria determinar novos caminhos para a língua: o modelo unificador do português desloca-se para esta região e, a partir do século XVI, torna-se polo inspirador da sua norma culta, ponto de partida para a variedade padrão do português atual.

No período que se segue à Reconquista, a expansão da língua portuguesa prossegue mais para sul, além-mar. A partir do século XV, a língua conquistadora foi povoando ilhas e acolhida em sociedades distintas, em África, na Ásia e na América, numa descoberta que também passou pela perceção das diferenças linguísticas. As diferentes situações de contacto com outras línguas enriqueceram o português, tecendo-o de vários fios, que construíram as suas atuais variedades geográficas extraeuropeias brasileiras e africanas.

3. Do ponto de vista linguístico, as variedades atuais do português abrangem realidades distintas. Historicamente, as variedades portuguesa e brasileira tiveram uma evolução separada a partir do século XVI, cada uma com os seus próprios mapas dialetal e socioletal. Distanciando-se uma da outra a partir do século XIX, integram hoje contrastes, com graus de saliência diversos, em todos os planos da língua enquanto sistema (lexical, fonológico, morfológico, sintático e pragmático). Algumas inovações ocorridas na variedade normativa do português europeu no século XIX, como a mudança da vogal tónica [e] para [ɐ] quando seguida de consoante palatal, em palavras como *lenha* e *coelho*, não foram seguidas no português brasileiro, aproximando esta variedade de outras do português europeu, que mantêm a variante conservadora em [e]. No século XIX, uma outra inovação dá origem à variante normativa do uso do artigo em sintagmas nominais possessivos (*o meu pai*). No Brasil – e também nas variedades insulares do português, de maneira mais acentuada, e noutras das suas variedades peninsulares, mas com menor difusão – manteve-se a variante conservadora, sem artigo (*meu pai*). De entre muitos aspectos inovadores do português brasileiro, e inexistentes na variedade europeia, são de salientar, por exemplo, a palatalização das consoantes oclusivas /t/

e /d/ quando seguidas da vogal [i] ou da semivogal [j], em algumas das suas variedades, em palavras como *tia* [ˈtʃiɐ], *Tiago* [tʃiˈagu] e *pente* [ˈpẽtʃi], cuja vogal final é realizada como [i], bem como a vocalização da consoante [ʃ] em [w] em final de sílaba (*total* e *salgado*, pronunciadas *tota[w]* e *sa[w]gado*, respetivamente). Ao nível da sintaxe, registre-se, entre outros fenómenos, os usos de *ter* como verbo existencial (*tem muita gente na sala*), os usos do pronome sujeito, a preferência pela terceira pessoa (você, a gente) em detrimento da segunda (tu) com reflexos nos paradigmas de flexão verbal e a preferência pela próclise (*ele me viu*) no que diz respeito à colocação dos clíticos objeto.

No âmbito do português europeu, as variedades insulares, também elas afastadas do contacto com as variedades peninsulares, desenvolveram traços linguísticos próprios. Deles fazem parte a manutenção de traços conservadores nas suas variedades populares, como no caso da variante nasal [õ] nas finais verbais de terceira pessoa do plural (*comeram* [kumerõ]) – também atestada em variedades peninsulares setentrionais – e que correspondem a uma fase da língua na qual ainda não tinha ocorrido a ditongação em [iw̃], variante que viria a ser integrada na norma do português apenas no século XVI. Ostentam, também, aspectos inovadores, tal como a mudança manifesta na ditongação das vogais altas acentuadas /i/ e /u/, em palavras como *aqui* e *rua*, pronunciadas [ʃˈkɨ] e [ˈruwɐ], respetivamente.

Nas atuais condições históricas, as variedades africanas do português estão ainda em formação, em contexto de contacto linguístico com as línguas africanas do grupo banto. Estas variedades, ainda instáveis, evidenciam já algumas direções de mudança. Apresentando na sua gramática algumas divergências relativamente ao padrão europeu, singularidades que resultam, de acordo com Perpétua Gonçalves⁸, do “processo de aprendizagem do Português por falantes com línguas maternas banto”, em contextos em que há pouca ou nenhuma oferta linguística de acordo com a norma europeia, podendo ser designadas por variedades de segunda língua, variedades de interlíngua ou até mesmo variedades institucionalizadas. Os desvios a esta norma não são produzidos conscientemente por uma comunidade de falantes que quer construir a sua identidade linguística

⁸ Perpétua Gonçalves e Christopher Stroud (org.), *Panorama do Português Oral de Maputo*, vol. II, “A Construção de um Banco de «Erros»”, Moçambique, INDE, 1997.

nacional – para além daquela que as diversas línguas banto facultam – mas resultam em geral da falta de exposição à norma de referência, que poderia permitir a convergência com a língua-alvo.

O léxico está também em permanente renovação, com ganhos e perdas de palavras, com outras ainda a gerarem novos sentidos. No português, a herança lexical latina incorporou, no início da sua formação, os contributos de povos colonizadores – germânico (nomes como *guerra*, *luva*, *roupa*) e árabes (*alcatifa*, *arroz*, *açúcar*, *atum*, *armazém*, *aldeia*). Mais tarde, na sua expansão marítima, os contactos com as línguas do outro, em espaços distintos, enriqueceram a língua portuguesa e as suas variedades e novos itens foram introduzidos: empréstimos das línguas ameríndias (*canoa*, *amendoim*, *tapioca*, *mandioca*, *goiaba*, *pitanga*), africanas (*banana*, *berimbau*, *cachimbo*, *cubata*), asiáticas (*leque*, *bengala*, *azul*, *bambu*, *chá*, *chávena*, *xaile*). Em diversos momentos da sua história, provenientes de outras línguas europeias de cultura e de prestígio, outros empréstimos foram importados e integrados: galicismos (do francês, *monge*, *jóia*, *blusa*, *soutien*, *envelope*), italianismos (do italiano, *soneto*, *aguarela*, *bússola*, *piano*, *violoncelo*), anglicismos (do inglês, *pudding*, *bife*, *lanche*, *futebol*, *andebol*, *penalti*). Sensível à passagem do tempo e às necessidades de comunicação dos falantes, o léxico do português, tem acolhido novas entradas lexicais. Pelo caminho, ficaram esquecidas palavras, caídas em desuso, ou arrumadas em arcaísmos (como no caso de *antanho*, que significava ‘no ano passado’), ou remetidas para usos dialetais (*saltarico*, que significa ‘gafanhoto’ no dialeto de Lisboa).

4. O processo de edificação de uma norma para uma língua, a sua codificação institucional, ocorre em determinadas circunstâncias históricas e culturais, sob o impulso preponderante das elites intelectuais. No âmbito da língua portuguesa, este processo de fixação do português e a construção de uma norma gramatical, lexical e ortográfica situa-se no século XIII, com o decreto que estipula o português como língua oficial do reino de Portugal pelo rei D. Dinis, em 1290. Quase dois séculos depois surgem as primeiras reflexões metalinguísticas sobre o português e o início da sua normalização explícita, com as publicações das primeiras gramáticas normativas, a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* por Fernão de Oliveira, em 1536, e a *Gramática da Língua Portuguesa* por João de Barros, em 1540, o estudo pioneiro de ortografia, a *Orthographia da Lingoa Portuguesa* de Duarte Nunes de Leão, em 1576, os primeiros dicionários, como *Dicionário Lusitânico-Latino*, de 1562, de

Jerónimo Cardoso e, mais tarde, o *Tesouro da Língua Portuguesa* de Bento Pereira, em 1647.

A língua adquire assim uma fixidez que a faz parecer mais eterna do que de facto é. Tal como as variedades reais da língua, as variedades faladas, geográficas e sociais, que mudam ao longo do tempo, assim também a norma vai evoluindo com o tempo, e o sistema de referências, feito de crenças e de valores sobre o qual é construída, sofre mudanças. A mudança do gosto linguístico, ou a mudança nos juízos avaliativos sobre determinados aspetos lexicais e estruturais da língua, reflete-se nos modelos normativos que se sucedem no tempo. Formas prestigiadas numa determinada época deixaram de o ser numa outra. Variantes dialetais de hoje, em variedades do norte de Portugal, tal como a distinção entre fricativa palatal [ʃ] e a africada [tʃ] e a sua correspondente distinção gráfica, <x> de *xaile* e <ch> de *chegar*, respetivamente, foram variantes normativas no português antigo. Deixaram de o ser quando a inovação ocorrida nas variedades do sul, no sentido da neutralização desta oposição em favor do uso fricativa [ʃ], passou a variante de prestígio no século XIX, integrando desde então a norma do português europeu.

Uma tradição nas atitudes dos falantes em relação à sua língua consiste em identificar a variedade normativa como sendo a gramática, excluindo a pluralidade de gramáticas faladas que a própria língua encerra e conduzindo a uma outra crença frequente: o encontro entre norma e língua, fazendo-as coincidir. Ao ver na norma a natureza da própria língua, esta passa a ser concebida como uma entidade homogénea, bela e pura na sua normalidade, sem irregularidades, e todo o uso que se desvia do traçado regular e normativo é, por conseguinte, estigmatizado.

5. Dada a situação histórica do Brasil independente no final do século XIX e a construção da sua identidade nacional e cultural, o português, escolhido como língua nacional, transformou-se e, num esforço dirigido para legitimar a fala brasileira, emergiu uma norma não coincidente com a do Português Europeu, dando origem a um “complexo diassistema, com mais de uma norma-padrão”⁹. Situação semelhante, mas não totalmente idêntica, ocorrera por volta do século XIV na Península Ibérica, momento em que se começava a observar a distinção entre o galego e o

⁹ Cf. M. Helena Mira Mateus e Esperança Cardeira, *Norma e Variação*, Lisboa, Editorial Caminho, 2007.

português. Atualmente, “língua pluricêntrica”¹⁰, com os seus dois polos irradiadores de variedades nacionais, poderá no futuro ver alargado este número com o aumento de falantes de português como língua materna nos países de língua oficial portuguesa.

Esta situação não conduz à delimitação de duas entidades consideradas como duas línguas diferentes, pois não há, como afirma Maria Helena Mira Mateus¹¹, “como provar que as diferenças inventariadas entre duas formas de falar próximas obrigam a que essas formas de falar passem a ser consideradas como duas línguas distintas”.

Se falar português é saber conviver, partilhar afinidades – transversais às variedades geográficas, sociais e normativas, a cada momento, e sabendo que o tempo as transforma, então quais os contornos do tecido identitário? Em rigor, não há na língua que falamos algo que nos diz que o que eu falo não é português, ou deixou de o ser. Em última análise, “o termo “Português”, que cobre as variedades sociolectais, dialectais e nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto envolvente transnacional¹², e o motivo por que se fala português no Rio de Janeiro é o mesmo motivo por que se fala português em Elvas e não se fala em Badajoz, e a geografia de uma língua reflecte a geografia política e humana”¹³ das nações que a falam.

O português falado em Portugal, no Brasil, em África e na Ásia pode continuar a ser sentido como uma única língua enquanto houver vontade política dirigida para a promoção dessa unidade, no quadro conceptual da Lusofonia. Ultrapassaria, assim, o “mero estatuto de repositório de variantes”, no dizer de Eduardo Paiva Raposo, reencontrando “a sua dimensão qualitativa [que] pertence, mais do que ao domínio linguístico, ao domínio da história, da cultura e, em última instância, da política”¹⁴.

¹⁰ Michael Clyne (ed.), *Pluricentric Languages: Differing norms in Different Countries*, Berlin/New York, Mouton de Gruyter, 1992.

¹¹ M. Helena Mira Mateus et al., *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 2003.

¹² M. Helena Mira Mateus, “A propósito de uma política de língua”, in Dulce Carvalho, Dionísio Vila Maior & Rui de Azevedo Teixeira (eds.), *Des(a)fiando Discursos. Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, p. 472.

¹³ *História da Língua Portuguesa em Linha*, Instituto Camões: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/brevesum/porque.html>.

¹⁴ Eduardo Paiva Raposo, “Algumas observações sobre a noção de ‘língua portuguesa’”, *Boletim de Filologia*, 29, 1984, p. 592.

A entrada em vigor do Acordo Ortográfico de 1990 criou uma ortografia comum para a língua portuguesa, diminuindo 98% das divergências ortográficas entre o português brasileiro e o português euro-africano-asiático. Este acordo resulta de uma mudança na percepção das realidades da língua comum, que se expressa na vontade política de promover o equilíbrio entre as variedades do português, anulando as ilusões de superioridade e de perfeição de cada uma, e à aspiração da sua separação em línguas distintas. A vontade política de convergência está também patente nas características inovadoras do Acordo Ortográfico, que rompe com as tradições ortográficas tanto no Brasil como em Portugal, ao contemplar a expressão gráfica de variantes fonéticas “introduzindo assim um princípio de diversidade controlada”, como afirma Ivo Castro, que acrescenta: “o português passa a ter uma única ortografia oficial, com variação regional ou nacional, exactamente como acontece com a língua inglesa, dos dois lados do Atlântico”¹⁵.

A língua portuguesa, em que falamos uns e outros, num espaço pluricontinental, é já um português-outro do que foi, quando se levantou no Noroeste da Península Ibérica. Pelo caminho percorrido, cresceu e tem-se acrescentado. Gerou novos léxicos e novas gramáticas, alargou-se em sentidos, na expressão de culturas diversas, tornando-se mais rico, mais dinâmico. Uma língua cresce através da dinâmica da sua diversidade, no sentido de engrandecer-se e prosperar. É também pela diversidade do português, das suas variedades atuais que nos é possível reconstruir os caminhos do seu crescimento. A diversidade, enquanto fonte de conhecimento, é, portanto, um património, uma riqueza, uma vez que se constitui em “dispositivos memoriais”¹⁶ da língua.

Pela vontade dos seus falantes e daqueles que os governam, esta língua – o português – poderá perdurar no tempo, imensa, plena e pujante, na sua crescente complexidade: ao celebrarem a sua memória, com ela apreenderem o próximo e o diferente e a transformarem em desafio de se tornarem unos.

¹⁵ Ivo Castro, “A Internacionalização da Língua Portuguesa”, comunicação apresentada no Colóquio *A Internacionalização da Língua Portuguesa*, Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses, Lisboa, 16.06.2009, pp. 4-5.

¹⁶ José Manuel Sobral, “Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português”, Working Papers, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2006.